



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
Campus Congonhas

Diretoria de Administração e Planejamento
Seção de Planejamento e Orçamento
Avenida Michael Pereira de Souza, 3007 - Bairro Campinho - CEP 36417-050 - Congonhas - MG
3137318127 - www.ifmg.edu.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90034/2026

Processo Administrativo nº 23210.001317/2025-50

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS/CAMPUS CONGONHAS, C N P J 10.626.896/0005-04, por meio da Diretoria de Administração e Planejamento, sediado Avenida Michael Pereira de Souza, 3007, CONJ;, bairro Campinho, na cidade de Congonhas/MG , CEP 36417-050, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço , [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 13/03/2026

Hora Inicial : 10h00

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Registro de preços para aquisição de equipamentos de cozinha industrial para os restaurantes estudantis em construção e a serem construídos nos campi do IFMG e para atender necessidades do Instituto Federal de Brasília - Campus Planaltina, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em 57 itens, conforme tabela constante do Termo de Referência facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para os itens 1,2,3,7,8,11,12,15,16,18,19, 20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,34,36,40, 44, 52, 53, 54, 56 e 57 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

3.6.1 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou

de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.

4.2. A justificativa para o orçamento sigiloso é o estímulo à competitividade real, evitando que os licitantes utilizem o valor estimado como "piso" ou "teto" para suas ofertas, obrigando-os a calcular seus próprios custos e margens para oferecer o preço real de mercado e economicidade, incentivando a obtenção de descontos maiores, já que as empresas tendem a ofertar lances mais agressivos quando desconhecem o limite máximo aceitável pelo órgão.

4.3. Para fins do disposto no item anterior, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.

4.4. O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

5.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo

quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Descrição sucinta do objeto, contendo especificações e informações do item;

6.1.2 Valor unitário e total do item expresso em Reais (R\$);

6.1.3 Quantidade cotada;

6.1.4 Marca do produto ofertado.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,10.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto e fechado.

7.11. No modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.11.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.11.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

7.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

7.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

7.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

7.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

7.21.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.1. empresas brasileiras;

7.22.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. contiver vícios insanáveis;

8.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

8.6.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

8.9.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais

adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.11.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.11.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.11.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das

especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei .

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de

propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até horas , para:

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 10 dias úteis,; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 10 dias úteis, para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo;
- e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data

de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico
<https://sisplan.ifmg.edu.br/anexo/anexolicitateca/proc/22317>

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1,

14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: compras.congonhas@ifmg.edu.br

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

16.11.2. ANEXO II - Minuta da ata de registro de preços

16.11.3. ANEXO III - Cadastro de usuário externo - SEI IFMG

16.11.4. ANEXO IV - Modelo de Proposta

16.11.5. ANEXO V - Minuta de Contrato

Congonhas, 23 de fevereiro de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Jane Inacio de Andrade, Membro da Comissão Permanente de Licitação**, em 27/02/2026, às 10:13, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ifmg.edu.br/consultadocs> informando o código verificador **2626751** e o código CRC **03DE19C6**.

23210.001317/2025-50	2626751v1
----------------------	-----------

INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TECNOLOGIA DE MG

Termo de Referência 939/2025

Informações Básicas

Número do artefato UASG	Editado por	Atualizado em
939/2025	158122-INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TECNOLOGIA DE MG JANE INACIO DE ANDRADE	27/02/2026 10:06 (v 0.11)
Status		
ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		23210.001317/2025-50

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº [23210.001317/2025-50](#))

TERMO DE REFERÊNCIA

Pregão nº 481/2025

1.1. Ata de Registro de Preços para futura aquisição de equipamentos de cozinha industrial destinado aos restaurantes escolares, com entrega conforme as especificações constantes nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. Os detalhes técnicos dos equipamentos estão disponíveis no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

1.2. Na presente licitação, os itens assinalados com " * (asterisco) " terão a participação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME e EPP), conforme artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e artigo 6º do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015.

TABELA 1 - LISTA DE EQUIPAMENTOS

Item	Código do Item (SisPLAN)	Código CATMAT /CATSER	Descrição Detalhada	Und.	Quant. Total Estimado	Valor Total Estimado
1*	64243	612826	Roupeiro de Aço com 4 Portas Grandes	UND.	74	Sob Sigilo
2*	36434	444157	Balança 15kg	UND.	21	Sob Sigilo
3*	45256	472277	Balança eletrônica	UND.	22	Sob Sigilo
4	66051	254460	Buffet Self Service Conjugado	UND.	20	Sob Sigilo

5	66053	254460	Buffet Self Service quente	UND.	20	Sob Sigilo
6	66054	302916	Buffet Frio (Pista refrigerada com cubas GN ou balcão refrigerado)	UND.	20	Sob Sigilo
7*	66092	355418	BEBEDOURO INDUSTRIAL CAPACIDADE DE 50 LITROS - COM 2 TORNEIRAS, EM AÇO INOX AISI 430	UND.	9	Sob Sigilo
8*	66089	610437	BEBEDOURO INDUSTRIAL CAPACIDADE DE 25 LITROS - COM 2 TORNEIRAS, EM AÇO INOX AISI 430,	UND.	25	Sob Sigilo
9	51890	231304	CADEIRA EM POLIPROPILENO ENCOSTO E ASSENTO	UND.	2910	Sob Sigilo
10	42523	374447	Carro auxiliar com 02 planos	UND.	46	Sob Sigilo
11*	66056	316701	Carro para Lavagem e Transporte de Cereais	UND.	23	Sob Sigilo
12*	66057	614484	Carro Plataforma em Aço Inox	UND.	40	Sob Sigilo
13	66059	474332	Carro tipo cantoneira para bandejas (esqueleto)	UND.	38	Sob Sigilo
14	66060	282430	Carro para remolho de talheres em inox	UND.	40	Sob Sigilo
15*	66062	611726	Chapa Bifeteira Inox	UND.	19	Sob Sigilo
16*	60417	457008	Mesa em Aço Inox Industrial	UND.	17	Sob Sigilo
17	66162	621396	Mesa em Aço Inox Industrial, 1200X900X900MM	UND.	48	Sob Sigilo
18*	66088	623781	Carro Tanque de Aço Inox	UND.	25	Sob Sigilo
19*	66103	444168	Cuba gastronômica(GN1) 100mm	UND.	106	Sob Sigilo
20*	66105	486811	Cuba gastronômica(GN1) 200mm	USN	90	Sob Sigilo
21*	66106	397757	Cuba gastronômica(GN2) 100mm	UND.	122	Sob Sigilo
22*	66108	317065	Cuba gastronômica(GN2) 200mm	UND.	122	Sob Sigilo

23*	66109	304271	Cuba gastronômica(GN3) 100 mm	UND.	55	Sob Sigilo
24*	66110	304271	Cuba gastronômica (GN3) 200 mm	UND.	55	Sob Sigilo
25*	66111	397255	Cuba gastronômica(GN4) 100mm	UND.	55	Sob Sigilo
26*	66112	387882	Cuba gastronômica (GN4) 200mm	UND.	55	Sob Sigilo
27*	66113	322955	Cuba gastronômica(GN6) 100mm	UND.	55	Sob Sigilo
28*	66114	387882	Cuba gastronômica(GN6) 200mm	UND.	55	Sob Sigilo
29*	66019	326175	Descascador de legumes	UND.	3	Sob Sigilo
30*	66163	306321	Desumidificador para almoxarifado	UND.	26	Sob Sigilo
31	66063	627148	Torneira Esguicho de Pre-lavagem	UND.	42	Sob Sigilo
32	42532	422754	Estante gradeada	UND.	137	Sob Sigilo
33	53526	620927	Estante em Aço Inoxidável com 4 Prateleiras Lisas - 1,5m (150x50x150cm)	UND.	137	Sob Sigilo
34*	38834	387924	Estrado plástico	UND.	118	Sob Sigilo
35	66066	230057	Estufa Aquecida Vertical	UND.	21	Sob Sigilo
36*	66067	630698	Fogão Industrial 8 Bocas Inox Baixa Pressão Gás	UND.	6	Sob Sigilo
37	66068	620331	Fogão Industrial 6 Bocas Inox Baixa Pressão Gás	UND.	18	Sob Sigilo
38	66072	615725	Forno Combinado Elétrico	UND.	20	Sob Sigilo
39	57655	272877	Freezer Horizontal	UND.	92	Sob Sigilo
40*	66073	450099	Fritadeira Elétrica	UND.	2	Sob Sigilo
41	66074	232283	Refrigerador Expositor Vertical	UND.	40	Sob Sigilo

42	66075	430911	Refrigerador Vertical	UND.	122	Sob Sigilo
43	66076	404505	Lava-louças industrial	UND.	18	Sob Sigilo
44*	66077	441326	Lixeira em Aço Inox 75 L com pedal	UND.	66	Sob Sigilo
45	66078	297306	Lixeira em Aço Inox 100 L com pedal	UND.	76	Sob Sigilo
46	66079	430911	Estufa Aquecedora Para Alimentos	UND.	52	Sob Sigilo
47	66080	461917	Mesa para Refeitório para 06 lugares	UND.	560	Sob Sigilo
48	63761	34703	Forno microondas	UND.	122	Sob Sigilo
49	66081	442518	Mini Câmara para Resfriados e Congelados	UND.	74	Sob Sigilo
50	66082	258178	Panela de pressão 200L	UND.	7	Sob Sigilo
51	66188	615156	Pass Through aquecido	UND.	54	Sob Sigilo
52*	60414	615157	Pass Through refrigerado	UND.	5	Sob Sigilo
53*	66083	614484	Rack de bandejas	UND.	22	Sob Sigilo
54*	66084	319832	Rack de talheres	UND.	22	Sob Sigilo
55	66085	630711	Balcão Refrigerado de Encosto Em Inox	UND.	76	Sob Sigilo
56*	66086	405731	Shoot para talheres	UND.	21	Sob Sigilo
57*	66087	449817	Suporte para vassouras inox	UND.	21	Sob Sigilo

1.1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Item	Código do Item (SisPLAN)	Código CATMAT /CATSER	Descrição Detalhada	Und.	Quant. Total Estimado	Valor Total Estimado
1	64243	612826	Roupeiro de Aço com 4 Portas Grandes	UND.	34	Sob Sigilo
2	36434	444157	Balança 15kg	UND.	17	Sob Sigilo
3	45256	472277	Balança eletrônica	UND.	18	Sob Sigilo
4	66051	254460	Buffet Self Service Conjugado	UND.	17	Sob Sigilo
5	66053	254460	Buffet Self Service quente	UND.	17	Sob Sigilo
6	66054	302916	Buffet Frio (Pista refrigerada com cubas GN ou balcão refrigerado)	UND.	17	Sob Sigilo
7	66092	355418	BEBEDOURO INDUSTRIAL CAPACIDADE DE 50 LITROS - COM 2 TORNEIRAS, EM AÇO INOX AISI 430	UND.	1	Sob Sigilo
8	66089	610437	BEBEDOURO INDUSTRIAL CAPACIDADE DE 25 LITROS - COM 2 TORNEIRAS, EM AÇO INOX AISI 430,	UND.	17	Sob Sigilo
9	51890	231304	CADEIRA EM POLIPROPILENO ENCOSTO E ASSENTO	UND.	2880	Sob Sigilo
10	42523	374447	Carro auxiliar com 02 planos	UND.	40	Sob Sigilo
11	66056	316701	Carro para Lavagem e Transporte de Cereais	UND.	17	Sob Sigilo
12	66057	614484	Carro Plataforma em Aço Inox	UND.	34	Sob Sigilo
13	66059	474332	Carro tipo cantoneira para bandejas (esqueleto)	UND.	36	Sob Sigilo
14	66060	282430	Carro para remolho de talheres em inox	UND.	34	Sob Sigilo
15	66062	611726	Chapa Bifeteira Inox	UND.	17	Sob Sigilo
16	60417	457008	Mesa em Aço Inox Industrial	UND.	7	Sob Sigilo
			Mesa em Aço Inox Industrial,			

17	66162	621396	1200X900X900MM	UND.	38	Sob Sigilo
18	66088	623781	Carro Tanque de Aço Inox	UND.	17	Sob Sigilo
19	66103	444168	Cuba gastronômica(GN1) 100mm	UND.	86	Sob Sigilo
20	66105	486811	Cuba gastronômica(GN1) 200mm	USN	70	Sob Sigilo
21	66106	397757	Cuba gastronômica(GN2) 100mm	UND.	102	Sob Sigilo
22	66108	317065	Cuba gastronômica(GN2) 200mm	UND.	102	Sob Sigilo
23	66109	304271	Cuba gastronômica(GN3) 100 mm	UND.	35	Sob Sigilo
24	66110	304271	Cuba gastronômica (GN3) 200 mm	UND.	35	Sob Sigilo
25	66111	397255	Cuba gastronômica(GN4) 100mm	UND.	35	Sob Sigilo
26	66112	387882	Cuba gastronômica (GN4) 200mm	UND.	35	Sob Sigilo
27	66113	322955	Cuba gastronômica(GN6) 100mm	UND.	35	Sob Sigilo
28	66114	387882	Cuba gastronômica(GN6) 200mm	UND.	35	Sob Sigilo
29	66019	326175	Descascador de legumes	UND.	2	Sob Sigilo
30	66163	306321	Desumidificador para almoxarifado	UND.	22	Sob Sigilo
31	66063	627148	Torneira Esguicho de Pre- lavagem	UND.	34	Sob Sigilo
32	42532	422754	Estante gradeada	UND.	87	Sob Sigilo
33	53526	620927	Estante em Aço Inoxidável com 4 Prateleiras Lisas - 1,5m (150x50x150cm)	UND.	87	Sob Sigilo
34	38834	387924	Estrado plástico	UND.	38	Sob Sigilo
35	66066	230057	Estufa Aquecida Vertical	UND.	17	Sob Sigilo
36	66067	630698	Fogão Industrial 8 Bocas Inox	UND.	1	Sob Sigilo

			Baixa Pressão Gás			
37	66068	620331	Fogão Industrial 6 Bocas Inox Baixa Pressão Gás	UND.	16	Sob Sigilo
38	66072	615725	Forno Combinado Elétrico	UND.	18	Sob Sigilo
39	57655	272877	Freezer Horizontal	UND.	72	Sob Sigilo
40	66073	450099	Fritadeira Elétrica	UND.	1	Sob Sigilo
41	66074	232283	Refrigerador Expositor Vertical	UND.	34	Sob Sigilo
42	66075	430911	Refrigerador Vertical	UND.	102	Sob Sigilo
43	66076	404505	Lava-pratos industrial	UND.	17	Sob Sigilo
44	66077	441326	Lixeira em Aço Inox 75 L com pedal	UND.	56	Sob Sigilo
45	66078	297306	Lixeira em Aço Inox 100 L com pedal	UND.	56	Sob Sigilo
46	66079	430911	Estufa Aquecedora Para Alimentos	UND.	51	Sob Sigilo
47	66080	461917	Mesa para Refeitório para 06 lugares	UND.	540	Sob Sigilo
48	63761	34703	Forno microondas	UND.	102	Sob Sigilo
49	66081	442518	Mini Câmara para Resfriados e Congelados	UND.	68	Sob Sigilo
50	66082	258178	Panela de pressão 200L	UND.	2	Sob Sigilo
51	66188	615156	Pass Through aquecido	UND.	52	Sob Sigilo
52	60414	615157	Pass Through refrigerado	UND.	3	Sob Sigilo
53	66083	614484	Rack de bandejas	UND.	20	Sob Sigilo
54	66084	319832	Rack de talheres	UND.	20	Sob Sigilo
			Balcão Refrigerado de Encosto			

55	66085	630711	Em Inox	UND.	68	Sob Sigilo
56	66086	405731	Shoot para talheres	UND.	17	Sob Sigilo
57	66087	449817	Suporte para vassouras inox	UND.	17	Sob Sigilo

Órgão Participante: INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA CAMPUS PLANALTINA						
Item	Código do Item (SisPLAN)	Código CATMAT /CATSER	Descrição Detalhada	Und.	Quant. Total Estimado	Valor Total Estimado
1	64243	612826	Roupeiro de Aço com 4 Portas Grandes	UND.	40	Sob Sigilo
2	36434	444157	Balança 15kg	UND.	4	Sob Sigilo
3	45256	472277	Balança eletrônica	UND.	4	Sob Sigilo
4	66051	254460	Buffet Self Service Conjugado	UND.	3	Sob Sigilo
5	66053	254460	Buffet Self Service quente	UND.	3	Sob Sigilo
6	66054	302916	Buffet Frio (Pista refrigerada com cubas GN ou balcão refrigerado)	UND.	3	Sob Sigilo
7	66092	355418	BEBEDOURO INDUSTRIAL CAPACIDADE DE 50 LITROS - COM 2 TORNEIRAS, EM AÇO INOX AISI 430	UND.	8	Sob Sigilo
8	66089	610437	BEBEDOURO INDUSTRIAL CAPACIDADE DE 25 LITROS - COM 2 TORNEIRAS, EM AÇO INOX AISI 430,	UND.	8	Sob Sigilo
9	51890	231304	CADEIRA EM POLIPROPILENO ENCOSTO E ASSENTO	UND.	30	Sob Sigilo
10	42523	374447	Carro auxiliar com 02 planos	UND.	6	Sob Sigilo
11	66056	316701	Carro para Lavagem e Transporte de Cereais	UND.	6	Sob Sigilo
12	66057	614484	Carro Plataforma em Aço Inox	UND.	6	Sob Sigilo

13	66059	474332	Carro tipo cantoneira para bandejas (esqueleto)	UND.	2	Sob Sigilo
14	66060	282430	Carro para remolho de talheres em inox	UND.	6	Sob Sigilo
15	66062	611726	Chapa Bifeteira Inox	UND.	2	Sob Sigilo
16	60417	457008	Mesa em Aço Inox Industrial	UND.	10	Sob Sigilo
17	66162	621396	Mesa em Aço Inox Industrial, 1200X900X900MM	UND.	10	Sob Sigilo
18	66088	623781	Carro Tanque de Aço Inox	UND.	8	Sob Sigilo
19	66103	444168	Cuba gastronômica(GN1) 100mm	UND.	20	Sob Sigilo
20	66105	486811	Cuba gastronômica(GN1) 200mm	USN	20	Sob Sigilo
21	66106	397757	Cuba gastronômica(GN2) 100mm	UND.	20	Sob Sigilo
22	66108	317065	Cuba gastronômica(GN2) 200mm	UND.	20	Sob Sigilo
23	66109	304271	Cuba gastronômica(GN3) 100 mm	UND.	20	Sob Sigilo
24	66110	304271	Cuba gastronômica (GN3) 200 mm	UND.	20	Sob Sigilo
25	66111	397255	Cuba gastronômica(GN4) 100mm	UND.	20	Sob Sigilo
26	66112	387882	Cuba gastronômica (GN4) 200mm	UND.	20	Sob Sigilo
27	66113	322955	Cuba gastronômica(GN6) 100mm	UND.	20	Sob Sigilo
28	66114	387882	Cuba gastronômica(GN6) 200mm	UND.	20	Sob Sigilo
29	66019	326175	Descascador de legumes	UND.	1	Sob Sigilo
30	66163	306321	Desumidificador para almoxarifado	UND.	4	Sob Sigilo
31	66063	627148	Torneira Esguicho de Pre-lavagem	UND.	8	Sob Sigilo

32	42532	422754	Estante gradeada	UND.	50	Sob Sigilo
33	53526	620927	Estante em Aço Inoxidável com 4 Prateleiras Lisas - 1,5m (150x50x150cm)	UND.	50	Sob Sigilo
34	38834	387924	Estrado plástico	UND.	80	Sob Sigilo
35	66066	230057	Estufa Aquecida Vertical	UND.	4	Sob Sigilo
36	66067	630698	Fogão Industrial 8 Bocas Inox Baixa Pressão Gás	UND.	5	Sob Sigilo
37	66068	620331	Fogão Industrial 6 Bocas Inox Baixa Pressão Gás	UND.	2	Sob Sigilo
38	66072	615725	Forno Combinado Elétrico	UND.	2	Sob Sigilo
39	57655	272877	Freezer Horizontal	UND.	20	Sob Sigilo
40	66073	450099	Fritadeira Elétrica	UND.	1	Sob Sigilo
41	66074	232283	Refrigerador Expositor Vertical	UND.	6	Sob Sigilo
42	66075	430911	Refrigerador Vertical	UND.	20	Sob Sigilo
43	66076	404505	Lava-pratos industrial	UND.	1	Sob Sigilo
44	66077	441326	Lixeira em Aço Inox 75 L com pedal	UND.	10	Sob Sigilo
45	66078	297306	Lixeira em Aço Inox 100 L com pedal	UND.	20	Sob Sigilo
46	66079	430911	Estufa Aquecedora Para Alimentos	UND.	1	Sob Sigilo
47	66080	461917	Mesa para Refeitório para 06 lugares	UND.	20	Sob Sigilo
48	63761	34703	Forno microondas	UND.	20	Sob Sigilo
49	66081	442518	Mini Câmara para Resfriados e Congelados	UND.	6	Sob Sigilo
50	66082	258178	Panela de pressão 200L	UND.	5	Sob Sigilo

51	66188	615156	Pass Through aquecido	UND.	2	Sob Sigilo
52	60414	615157	Pass Through refrigerado	UND.	2	Sob Sigilo
53	66083	614484	Rack de bandejas	UND.	2	Sob Sigilo
54	66084	319832	Rack de talheres	UND.	2	Sob Sigilo
55	66085	630711	Balcão Refrigerado de Encosto Em Inox	UND.	8	Sob Sigilo
56	66086	405731	Shoot para talheres	UND.	4	Sob Sigilo
57	66087	449817	Suporte para vassouras inox	UND.	4	Sob Sigilo

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4 O prazo de vigência da contratação é de doze meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 meses contados do(a) data de sua assinatura, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, desde que devidamente comprovada a manutenção da vantajosidade dos preços registrados na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

1.9. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2025**, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A solução proposta consiste na aquisição de equipamentos de cozinha industrial destinados à implantação e operação do Restaurante Modular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG,

com o objetivo de garantir infraestrutura adequada e eficiente para o preparo, armazenamento e distribuição de refeições.

3.2 O Campus Planaltina do INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA, visa, na participação deste processo licitatório, economia de espaço físico, de recursos financeiros e mesmo de recursos humanos, pois não haverá necessidade de processos licitatórios e de aquisições futuras, o que contribui para a economicidade na Administração Pública Federal.

3.3 A contratação compreenderá o fornecimento de equipamentos novos, de primeira utilização, em conformidade com as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência, incluindo os serviços de entrega, de modo a assegurar a correta utilização e operação dos itens adquiridos.

3.4 Essa solução visa dotar o Restaurante Modular do IFMG de condições plenas de funcionamento, em conformidade com as normas de higiene, segurança alimentar e desempenho operacional, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços de alimentação prestados à comunidade acadêmica.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os equipamentos deverão apresentar eficiência energética comprovada, preferencialmente com selo do Programa Brasileiro de Etiquetagem – PBE/Inmetro, de forma a reduzir o consumo de energia elétrica.

4.1.2. Sempre que aplicável, os equipamentos deverão possuir componentes recicláveis e de fácil desmontagem, de modo a possibilitar reaproveitamento e descarte ambientalmente adequado ao final da vida útil.

4.1.3. As embalagens utilizadas no fornecimento deverão ser reduzidas, recicláveis ou biodegradáveis, observando práticas de logística reversa e a destinação ambientalmente correta dos resíduos.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação de marcas e modelos a título de referência, para melhor compreensão do objeto, de acordo com o Art. 41, inciso I, alínea d, da Lei nº 14.133, de 2021. Tal procedimento encontra-se de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares.

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar. Além disso, o pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.5. Na presente licitação em alguns itens a participação é exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME e EPP), conforme artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e artigo 6º

do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, nos nos itens de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

4.5.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.5.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.5.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. A entrega dos itens será realizada de forma parcelada, de acordo com as demandas dos campi. e o prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados da emissão da nota de empenho.

5.2. A Licitante Vencedora deverá aguardar as devidas solicitações de entrega juntamente com a nota de empenho, via e-mail, dos Campi solicitante, para entregar de acordo com a necessidade de cada campus, entre segunda e sexta-feira das 08 às 11h e das 12 às 16h.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

1. IFMG – CAMPUS ARCOS, Av. Juscelino Kubitschek, nº 485, Bairro Distrito Industrial II – Arcos/MG, CEP: 35.588-000
2. IFMG – CAMPUS BELO HORIZONTE, Avenida Waldyr Soeiro Emrich, nº [s/número], Bairro Barreiro 5 – Belo Horizonte/MG, CEP: 30.644-000
3. IFMG – CAMPUS CONGONHAS, Avenida Michael Pereira de Souza, nº 3007, Bairro Campinho – Congonhas /MG, CEP: 36415-000
4. IFMG – CAMPUS CONSELHEIRO LAFAIETE, Rua Padre Teófilo Reyn, nº 441, Bairro São Dimas – Conselheiro Lafaiete/MG, CEP: 36.400-000
5. IFMG – CAMPUS FORMIGA, Rua Padre Alberico, nº 440, Bairro São Luiz – Formiga/MG, CEP: 35.570-000
6. IFMG – CAMPUS GOVERNADOR VALADARES, Av. Minas Gerais, nº 5189, Bairro Ouro Verde – Governador Valadares/MG, CEP: 35.057-760
7. IFMG – CAMPUS IBIRITÉ, Rua M, s/n, Bairro Vista Alegre, próximo ao Sítio Emilândia na Região do Barreirinho – Ibirité/MG, CEP: 32.400-000
8. IFMG – CAMPUS IPATINGA, Avenida João Valentim Pascoal, s/n, Bairro Centro – Ipatinga/MG, CEP: 35.160-002
9. IFMG – CAMPUS ITABIRITO, Rua José Benedito, nº 139, Bairro Santa Efigênia – Itabirito/MG, CEP: 35.450-000
10. IFMG – CAMPUS JOÃO MONLEVADE, Rua Geraldo Miranda, nº 337, Bairro Nossa Senhora da Conceição – João Monlevade/MG, CEP: 35.930-027
11. IFMG – CAMPUS OURO BRANCO, Rua Afonso Sardinha, nº 90, Bairro Pioneiros – Ouro Branco/MG, CEP: 36.420-000
12. IFMG – CAMPUS PIUMHI, Rua Severo Veloso, nº 1880, Bairro Bela Vista – Piumhi/MG, CEP: 37.925-000

13. IFMG – CAMPUS PONTE NOVA, Rua Praça José Emiliano Dias, nº 87, Bairro Centro – Ponte Nova/MG, CEP: 35.430-003
14. IFMG – CAMPUS SABARÁ, Rodovia MGT, Km 10, Sobradinho – Sabará/MG, CEP: 34.590-390
15. IFMG – CAMPUS SANTA LUZIA, Rua Érico Veríssimo, nº 317, Bairro Londrina – Santa Luzia/MG, CEP: 33.115-390
16. INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA - Campus Planaltina, localizado na Rodovia DF – 128, km 21, Zona Rural de Planaltina. CEP: 73380-900. Planaltina/DF.

5.5 Os produtos objeto desta Ata de Registro de Preços não serão adquiridos imediatamente. A presente Ata tem por finalidade registrar preços, fornecedores e condições de fornecimento para futuras contratações durante sua vigência.

5.6 As entregas dos itens ocorrerão somente mediante solicitação do Campus requisitante, que deverá emitir a nota de empenho correspondente, a qual dará início ao fornecimento.

5.7 O fornecedor deverá realizar a entrega no endereço do Campus acima, conforme a quantidade e especificações indicadas na nota de empenho, sendo a entrega considerada concluída somente após conferência e aceite pelo setor responsável do Campus.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.8. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.15.1. Conferência da entrega dos equipamentos

Verificação da quantidade, especificações técnicas, integridade física e conformidade com o Termo de Referência e a ETP; registro de ocorrências, se houver.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez)** dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10%** (**dez** por cento) a **20%** (**vinte** por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **5%** (**cinco** por cento) a **15%** (**quinze** por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **1%** (**um** por cento) a **5%** (**cinco** por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **1%** (**um** por cento) a **5%** (**cinco** por cento) do valor da contratação ~~f, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea.]~~

~~7.2.4.7.1. [INDICAR ITENS ESPECÍFICOS DE INEXECUÇÃO PARCIAL QUE JUSTIFIQUEM PENALIDADE DIVERSA];[A3] [A4]~~

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30** (**trinta**) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. O fornecedor deve se atentar aos locais de entrega e horários de recebimento estipulados pela Administração.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice [IPCA-E](#) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data [da entrega da proposta oficial por parte do licitante vencedor](#).

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice [IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor](#), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será **parcelado**.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será a média de preços pesquisada pela Administração Pública:

9.3.1. Valores unitários de cada item : conforme planilha de composição de preços, que terá caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos dois últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação **patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação**.

9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.31. Não será exigido registro ou inscrição em entidade profissional para a participação nesta licitação.

9.31.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.32. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.33.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.33.1.1. Fornecimento de equipamentos e utensílios destinados a cozinhas industriais, refeitórios institucionais ou ambientes de preparo coletivo de refeições;

9.33.1.2. Atendimento a contrato com valor global mínimo equivalente a 30% (trinta por cento) do valor estimado do item ou do lote pertinente;

9.34.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.34.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.34.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.35. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.36. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.37. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.38. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.39. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

10.1.1. Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.5.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.5.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.5.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.5.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação no IFMG:

I) Gestão/unidade: 158122;

II) Fonte de recursos: 1000A0008U;

III) Programa de trabalho (PTRES): 229566;

IV) Elemento de despesa (Natureza de Despesa): 44905200;

V) Plano interno (PI): LPP02P60A1N.

11.3. A contratação será atendida pela seguinte dotação no IFB - Campus Planaltina:

I) Gestão/unidade: 158501;

II) Fonte de recursos: 1000000000;

III) Programa de trabalho (PTRES): 231664;

IV) Elemento de despesa (Natureza de Despesa): 44905200;

V) Plano interno (PI): LGADMP6002N.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas [exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas].

Belo Horizonte, 02 de fevereiro de 2026

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

A minuta de contrato contém as cláusulas relativas ao contrato.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão Eletrônico nº 90034/2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Belo Horizonte - MG, de fevereiro de 2026 .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JANE INACIO DE ANDRADE

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 27/02/2026 às 10:06:24.

ROBERT CRUZOALDO MARIA

Autoridade competente

JOSE ROBERTO DOS REIS LANA

Membro da comissão de contratação

INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TECNOLOGIA DE MG

Estudo Técnico Preliminar 227/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 23210.001317/2025-50

2. Descrição da necessidade

Processo licitatório para aquisição de equipamentos de cozinha industrial para os restaurantes estudantis em construção e a serem construídos nos campi do IFMG.

O IFMG almeja fornecer refeições aos estudantes, permitindo sua permanência durante os períodos de funcionamento dos campi. Isso permite que eles participem de ações e atividades relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem, projetos de pesquisa e extensão, atividades artístico-culturais, esportivas e político-estudantis, dando prioridade ao aluno em situação de vulnerabilidade social. Portanto, existem vários restaurantes estudantis em construção em diversos campi do IFMG, e este Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo a compra de equipamentos de cozinha industrial para equipar as instalações desses estabelecimentos, com o objetivo de posteriormente permitir a sua operação.

A importância do restaurante estudantil reside no acesso a uma alimentação saudável e a baixo custo, que promove a segurança alimentar e nutricional da comunidade acadêmica, além de ser uma política essencial para a permanência e a evasão de alunos, apoiando-os no cotidiano de estudos e reduzindo custos. Esses locais fornecem um apoio fundamental aos estudantes, especialmente para aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que de outra forma teriam dificuldades em arcar com os custos e a logística de refeições diárias.

Os campi que tem construção do restaurante Estudantil no IFMG são: Campus Arcos, Belo Horizonte, Congonhas, Formiga, Ipatinga, Itabirito, Piumhi, Conselheiro Lafaiete, Governador Valadares, Ibirité, João Monlevade, Ponte Nova, Sabará, Santa Luzia e Ouro Branco.

Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns conforme inciso XIII, artigo 6º da lei 14.133 de 1 de abril de 2021, onde "bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado".

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Administração e Infraestrutura	Harley Sander Torres

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O procedimento obedecerá, integralmente, aos seguintes normativos:

Lei nº 14.133, de 2021, Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislações aplicáveis à matéria.

Licitação, para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento menor Preço por item para contratação de empresas especializadas na fabricação/fornecimento de máquinas e equipamentos, com condições de prestar garantias e demais exigências conforme Edital e Termo de Referência.

O contratado deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza; sendo permitido que a empresa terceirize serviços acessórios, tais como: transporte e logística para entrega dos equipamentos. O contratado deverá fornecer equipamentos novos, de primeiro uso, fabricados de acordo com as normas técnicas em vigor, de boa qualidade e de excelente aceitação no mercado, os itens deverão possuir garantia contra não conformidades de fabricação, a contar do recebimento definitivo dos mesmos pelos Campi do IFMG, sendo esta garantia de sua total responsabilidade, inclusive os custos no que tange o transporte da CONTRATANTE à CONTRATADA e seu devido retorno a CONTRATANTE.

O contratado deverá prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados pelos Campi do IFMG, relacionados com as características dos equipamentos fornecidos, a contratada deverá apresentar catálogos, manuais, folders ou prospectos do objeto no prazo estipulado pela Contratante e o contratado deverá arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento dos equipamentos, sem qualquer ônus para o IFMG. O contratado deverá se responsabilizar pelos custos para correção de falhas verificadas, principalmente da hipótese de entrega de objeto em desacordo com as condições pactuadas.

5. Levantamento de Mercado

Optou-se pela aquisição através de Registro de Preço por pregão eletrônico. Atualmente no mercado verifica-se uma ampla rede de fornecedores, distribuídos por todo o território nacional, fato que amplia a competitividade e favorece a aquisição dos produtos por meio desta modalidade. O levantamento de mercado foi feito usando o módulo Pesquisa de Preços do Portal de Compras do Governo Federal, fornecedores locais e sites de domínio amplo.

6. Descrição da solução como um todo

Da modalidade de licitação

A Solução mais adequada para atender às necessidades do IFMG, é a contratação por licitação, na modalidade pregão eletrônico com sistema de registro de preços, a fim de preservar e garantir a competitividade e a proposta mais adequada e vantajosa para a administração pública. O Sistema de Registro de Preços pode ser adotado tanto nas contratações para aquisição de bens ou produtos, como para a prestação de serviços, desde que o objeto se enquadre em uma das hipóteses previstas no Art. 3º do Decreto Nº 11.462/2023 como a necessidade de contratações permanentes ou frequentes e aquisição de bens com previsão de entregas parceladas. A opção pela adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para esta licitação, deve-se ao fato de ser um procedimento que resultará em vantagens para Administração, descomplicando procedimentos para a aquisição de produtos, reduzindo a quantidade de licitações, não necessitar de disponibilidade orçamentária imediata para a realização do certame, enxugar os gastos do erário, por registrar preços e disponibilizá-los por 12 meses, com a possibilidade de atender demandas futuras, executar o objeto registrado, sem entraves burocráticos, entre outras vantagens. Esta solução escolhida é um modelo consagrado no mercado e adotado por grande parte da administração pública federal. A justificativa para a adoção do SRP tem como fundamento o inciso II do art. 3º do Decreto n. 11.462, de 2023 " quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas". No caso de renovação da ata de registro de preços, os quantitativos serão renovados, desde que comprovado preço vantajoso, conforme inciso IX do artigo 15 do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.

Os equipamentos de cozinha industrial e suas especificações estão inseridos no Planejamento 2025.

Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista as razões abaixo apresentadas:

1. Primeiro, não há complexidade e vultuosidade na presente licitação, não comprometendo o cumprimento das obrigações;
2. Segundo, à onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação.
3. Terceiro, a exigência de garantia, em função dos fatores supracitados, pode representar diminuição no universo de interessados, prejudicando o caráter competitivo do certame.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os produtos a serem adquiridos estão descritos abaixo. A estimativa das quantidades foi conduzida e elaborada pela Diretoria de Administração e Infraestrutura da Reitoria do IFMG, Harley Sander Silva Torres, baseada nos projetos arquitetônicos de cada restaurante, nas necessidades de equipamentos de cada unidade

Item	Código SISPLAN	CATMAT	Nome	Especificações	Quantidade	Unidades a serem contempladas
1	64243	612826	Armário vestiário	<p>Armário Roupeiro de aço para vestiário produzido em aço chapa 26 0,45mm, possui 4 portas com venezianas para ventilação, compartimento de tamanho grandes independentes sem divisórias internas, fechamento das portas através de pistão para cadeado.</p> <p>Características:</p> <ul style="list-style-type: none">- Quantidade de Portas: 4;- Cor do corpo do armário: Cinza Padrão;- Sistema de Ventilação: Veneziana;- Fechamento: Pistão para Cadeado- Tamanho mínimo do cadeado: 25 mm;- Local de identificação na porta- Quantidade de cabides por porta: 2;- Pés removíveis: Não;- Desmontável: Não (Exceto portas que podem ser trocadas);- Pintura: Epóxi Pó;- Especificação de chapa e acabamento: Roupeiro produzido em chapa de aço tratada com antiferruginoso por fosfatização e pintura epóxi-pó por processo eletrostático; <p>Medidas:</p> <p>ALTURA: 198cm LARGURA: 63cm PROFUNDIDADE: 40cm PESO: 30kg</p> <ul style="list-style-type: none">- Chapa: 26 / 0,45mm- Medida das Portas/Vãos: 95cm Altura x 30cm Largura	34	Congonhas (02); Modulares (02 /cada)

				OBS. Medidas aproximadas aceitos 2 cm de diferença.		
2	36434	444157	Balança de mesa	(Balança eletrônica pesadora que registra peso: 15kg) Tolerância máxima de erro: 5g. Medidas aproximadas da base de pesagem: 310mm x 177mm, com alimentação bivolt, com display digital, botão de tara e liga. Com sistema de qualidade ISO 9001 preferencialmente aferida pela INMETRO. Garantia mínima de 1 ano. Acompanha manual de instruções em português	17	Congonhas (01); Modulares (01 /cada)
3	45256	472277	Balança plataforma	Balança Eletrônica Comercial com coluna. Estrutura em chapa de aço carbono. Capacidade 200 kg; divisões de 100 g. Plataforma: 390 x 400 mm. Altura de 1,30 m. Tapete em borracha anti-derrapante. Pés reguláveis. Função TARA, possibilidade de até 100% da capacidade. Display com 5 dígitos. Chave seletora de tensão 110/220 v. Com certificado do Inmetro. Com saída RS 232. Garantia mínima: 01 ano.	17	Ouro Preto (01); Congonhas (01); Modulares (01/cada)
4	66051	254460	Buffet Self Service Conjugado	Buffet Térmico conjugado (quente e frio) para servir refeições, em aço inox AISI 304, com cubas GN em inox. Capacidade de carga mínima: 100 kg. Rodízios giratórios com freio, revestidos em borracha termoplástica, resistentes a calor e umidade. Acesso pelos dois lados, com prateleira de apoio para bandejas e protetor salivar. – Temperatura média de aquecimento: Acima de + 60°C– Vidro semi- curvo temperado de alta resistência – Iluminação de Led – Aquecimento através de banho Maria por meio de resistência – Regulagem por meio de Termostato – Pés com rodízios e travas – Capacidade para 10 cubas G/N– Gabinete confeccionado em Aço inox.	17	Congonhas(01); Modulares (01 /cada)
5	66053	254460	Buffet Self Service quente	Buffet para servir refeições quentes em aço inox AISI 304. Com cubas GN em inox (ex: 5 x GN 1/1 x 150 ou 200 mm de profundidade). Capacidade de carga mínima: 100 kg. Rodízios giratórios com freio, revestidos em borracha termoplástica, resistentes a calor e umidade. Aquecimento: Banho-maria elétrico ou seco, com controle de temperatura até 85 °C. Acesso pelos dois lados, com prateleira de apoio para bandejas e protetor salivar. dimensões: ~160 x 70 x 130 cm Material: Inox AISI 304, com vidros temperados.	17	Congonhas(01); Modulares (01 /cada)

6	66054	302916	Buffet Frio (Pista refrigerada com cubas GN ou balcão refrigerado)	Balcão refrigerado para servir refeições em aço inox AISI 304 com tampo para cubas GN em inox (frutas, saladas, frios). Capacidade de carga mínima: 100 kg. Rodízios giratórios com freio, revestidos em borracha termoplástica, resistentes a calor e umidade. Refrigeração: Por ar forçado, com termostato digital (temperatura +2 °C a +8 °C). Acesso pelos dois lados, com prateleira de apoio para bandejas e protetor salivar.	17	Congonhas(01); Modulares (01 /cada)
7	66092	355418	Bebedouro Industrial em aço inox, 50 litros.	BEBEDOIRO INDUSTRIAL CAPACIDADE DE 50 LITROS - COM 2 TORNEIRAS, EM AÇO INOX AISI 430 - - Capacidade: 50 Litros, - Quantidade de torneiras: 2 Geladas, - Potência: 1/12HP. - Revestimento interno do tanque: Polipropileno, - Refrigeração: Gás refrigerante R-134a, - Isolamento térmico: Poliuretano injetado, - Pia: Aço inox 430, com dreno - Serpentina interna: Aço inox 304. - Acompanha: Filtro 5" e mangueira, - Termostato: 7 níveis de regulagem. - Pés: Com regulagem de altura, aparador de água - Revestimento externo: Aço inox 430 brilhoso	1	Congonhas
8	66089	610437	Bebedouro Industrial em aço inox, 25 litros.	BEBEDOIRO INDUSTRIAL CAPACIDADE DE 25 LITROS - COM 2 TORNEIRAS, EM AÇO INOX AISI 430 - - Capacidade: 25 Litros, - Quantidade de torneiras: 2 Geladas, - Potência: 1/12HP. - Revestimento interno do tanque: Polipropileno, - Refrigeração: Gás refrigerante R-134a, - Isolamento térmico: Poliuretano injetado, - Pia: Aço inox 430, com dreno - Serpentina interna: Aço inox 304. - Acompanha: Filtro 5" e mangueira, - Termostato: 7 níveis de regulagem. - Pés: Com regulagem de altura, aparador de água - Revestimento externo: Aço inox 430 brilhoso	17	Congonhas(01), modulares (01 /cada)
				CADEIRA EM POLIPROPILENO ENCOSTO E ASSENTO Encosto: Fundido em polipropileno com alta Pressão, aditivado, permitindo suportar esforço mecânico de até 420 kg por impulso na diagonal de até 90°. Devera possuir respiradores. Moldado em contorno vertebral com encaixes retangulares na estrutura, travamento com pino tampão no mesmo polipropileno aditivado. Medidas mínimas: largura 460 mm, altura 250 mm no eixo central da sua curvatura e espessura de 5 mm. Assento: Fundido em polipropileno com alta pressão,		

9	51890	231304	Cadeira em polipropileno preta	aditivado, permitindo suportar esforço mecânico de até 580 kg por impulso vertical de queda. Deverá possuir respiradores. Moldado com contornos ergonômicos para conforto das pernas, evitando pressão sanguínea. Fixado na estrutura através de presilhas já fundidas no próprio assento, além da colocação de parafusos tipo AA cabeça chata e rebites de alumínio. Medidas mínimas: largura 460 mm e 410 mm de profundidade e espessura de 5 mm. ESTRUTURA (04 PÉS) Confeccionadas em tubos de secção oblonga 16x30 em chapa de aço #16 (1,50 mm) e em chapa de aço #18 (1,20 mm). Tubo para sustentação do encosto recebe, na dobra, um reforço de tubo de secção circular 1/2 “ em chapa de aço #18 (1,20 mm). Peças soldados pelo processo MIG. COMPONENTES METÁLICOS Todas as peças metálicas deverão possuir pré-tratamento onde são desengraxadas. Pintura epóxi-pó eletrostática. MONTAGEM De fácil montagem com parafusos rebites para fixação do assento, recebem ponteira interna para acabamento dos tubos de aço.	3240	Congonhas (360); Modulares (180 /cada)
10	42523	374447	Carrinho auxiliar inox	Carro auxiliar com 02 planos executados em chapa de aço inoxidável AISI 304 liga 18/8, dotados de bordas elevadas em todos os lados; Guidão executado em tubo de aço inoxidável AISI 304-18/8; Estrutura de apoio executada em tubos de aço inoxidável AISI 304-18/8, dotada de rodízios de 5" de diâmetro com revestimento de borracha, sendo 02 fixos e 02 giratórios; Dimensões: 900 X 600 X 850 mm.	40	Ouro Preto (4); Congonhas (4); Modulares (2/cada)
11	66056	316701	Carrinho de lavar cereais	Carro para Lavagem e Transporte de Cereais, Carrinho em inox acabamento escovado, com compartimento perfurado para lavar e escorrer cereais. Estrutura e caixa em inox e rodízios com trava. Alças tubulares Ø 1 1/4. Capacidade mínima 70 litros.	17	Congonhas (01); Modulares (01 /cada)
12	66057	614484	Carrinho plataforma em inox	Carro Plataforma em Aço Inoxidável – 300 Kg, Estrutura e tubos em aço inoxidável, Rodízios de alta resistência: 2 fixos, 2 giratórios para facilitar a movimentação, Dimensões: 900 mm (comprimento) x 600 mm (largura) x 900 mm (altura), Capacidade de carga: 300 Kg (distribuídos uniformemente)	34	Congonhas (02); Modulares (02 /cada)
				Carro tipo cantoneira para bandejas (esqueleto), Carrinho em inox com cantoneiras em perfil para GN em aço		

13	66059	474332	Carrinho tipo cantoneira para bandejas (esqueleto)	inoxidável para 12 bandejas 40x60cm, Contraventamento tubular Ø1"; estrutura tubular Ø1 1/4", sendo os rodízios posteriores com freio, equipados com para-choques em PVC. 450x670x1600 mm.	36	Congonhas (4); Modulares (2 cada)
14	66060	282430	Carro para remolho de talheres em inox	Carro para remolho de talheres em inox - Dotado de recipiente removível em aço inox, com capacidade de 45 litros, medindo internamente 600 x 600 x 200 mm, espessura de 1,5 mm dotado de tampa e alças no mesmo material, lastro independente em aço inox, próprio para receber gavetas de máquina de lavar, provido de borda de reforço em todo o seu perímetro de 30 mm, e cantos sanitários de amplo raio de curvatura, construído em aço inox AISI 304 - 18/8 bitola 16, espessura de 1,5 mm. A cuba deverá ser apoiada em cantoneiras inoxidáveis de 30 x 30 mm dotado de válvula americana com diâmetro de 3" e tampão em aço inox, registro de fecho rápido tipo esfera em aço inox. Estrutura de apoio executada em perfis tubulares de aço inox AISI 304 - 18/8, diâmetro de 38 mm e espessura de 1,5 mm, com contraventamento, dotado de 04 rodízios, sendo dois giratórios e dois fixos, com diâmetro de 4" extra-reforçados. Dimensões 600 x 600 x 500 mm.	34	Congonhas (2); Modulares (2 cada)
15	66062	611726	Chapa elétrica para carnes	Chapa Bifeteira Inox, Chapa a Gás 120 cm ,Acendedor elétrico, - Gás: GLP , - Paineis e laterais: Aço inoxidável - Borda anti-respingo: Aço inox 2.00 mm - Superfície da chapa: Aço carbono - Registro frontal: Independente - Bandeja coletora: Sim, em aço inoxidável - Pés ajustáveis: Sim, em aço carbono cromado , Medidas: - Altura: 43 cm - Largura: 73 cm, - Comprimento: 122 cm.	17	Congonhas (01); Modulares (01 /cada)
16	60417	457008	Mesa em Aço Inox Industrial, 190 cm x largura: 70 cm x altura: 90 cm	Mesa em aço inox, utilizada em cozinha industrial para manipulação de alimentos, com capacidade de carga aproximada de até 100 kg contando com reforço e travamento inferior, com prateleiro duplo conta com capacidade de carga do estrado inferior de até 60 kg. Acabamento: escovado; Pés: Tubo 30x30 - Chapa #18; Espessura da chapa: #22(0,8mm) AISI 430; Capacidade de carga mesa: 100 kg distribuídos; Capacidade estrado inferior: 60 kg distribuídos; Reforço debaixo do tampo para maior resistência; Travamento inferior em senestrado para utilização como prateleira; Sapatas de regulagem	7	Congonhas (07)

				(Nylon); Produto montado e soldado não desmonta; Peso aproximado: 50 kg; Medidas: Medidas: comprimento: 190 cm x largura: 70 cm x altura: 90 cm. Equivalente: MARCA de Referência: COZIL		
17	66162	621396	Mesa em aço Inox Industrial 120X90X90 cm	Mesa em aço inox AISI 304, com suportes reforçados. Capacidade mínima de 30 kg por metro. Ideal para utensílios ou gêneros secos. Superfície lisa para facilitar limpeza.TAMPO LISO DE CENTRO SOBRE ESTRUT. TUBULAR C/ PRATELEIRA INF. LISA Equivalente MARCA de Referência: COZIL - 120X90X90 cm	38	Congonhas (06); Modulares (02 /cada)
18	66088	623781	Tanque móvel	Carro Tanque de Aço Inox - Carro Tanque para Cozinhas -Tanque em aço inox sobre rodízios com travas e estrutura tubular, com válvula de escoamento. Parahigienização ou transporte de alimentos. Capacidade mínima 180 litros.	17	Congonhas (01); Modulares (01 /cada)
19	66103	444168	Cuba gastronômica (GN1) 100mm	Recipiente padrão gastronômico em aço inox. Tamanho GN 1/1, 100mm, com tampa	86	Congonhas (6); Modulares (5/cada)
20	66105	486811	Cuba gastronômica (GN1) 200mm	Recipiente padrão gastronômico em aço inox. Tamanho GN 1/1, 200mm, com tampa	70	Congonhas (6); Modulares (4/cada)
21	66106	397757	Cuba gastronômica (GN2) 100mm	Recipiente padrão gastronômico em aço inox. Tamanho GN 1/2, 100 mm, com tampa	102	Congonhas (6); Modulares (6/cada)
22	66108	317065	Cuba gastronômica (GN2) 200mm	Recipiente padrão gastronômico em aço inox. Tamanho GN 1/2, 200 mm, com tampa	102	Congonhas (6); Modulares (6/cada)
23	66109	304271	Cuba gastronômica (GN3) 100 mm	Recipiente padrão gastronômico em aço inox. Tamanho GN 1/3, 100 mm, com tampa	35	Congonhas (3); Modulares (2/cada)
24	66110	304271	Cuba gastronômica (GN3) 200 mm	Recipiente padrão gastronômico em aço inox. Tamanho GN 1/3, 200 mm, com tampa	35	Congonhas (3); Modulares (2/cada)
25	66111	397255	Cuba gastronômica (GN4) 100mm	Recipiente padrão gastronômico em aço inox. Tamanho GN 1/4, 100mm, com tampa	35	Congonhas (3); Modulares (2/cada)

26	66112	387882	Cuba gastronômica (GN4) 200mm	Recipiente padrão gastronômico em aço inox. Tamanho GN 1/4, 200mm, com tampa	35	Congonhas (3); Modulares (2/cada)
27	66113	322955	Cuba gastronômica (GN6) 100mm	Recipiente padrão gastronômico em aço inox. Tamanho GN 1/6, 100mm, com tampa	35	Congonhas (3); Modulares (2/cada)
28	66114	387882	Cuba gastronômica (GN6) 200mm	Recipiente padrão gastronômico em aço inox. Tamanho GN 1/6, 200mm, com tampa	35	Congonhas (3); Modulares (2/cada)
29	66019	326175	Descascador de legumes industrial	Descascador de legumes, indicado para estabelecimentos como restaurantes, bares e lanchonetes, cantinas e hospitais. Desenvolvido em conformidade com as especificações da norma NR-12 e do Inmetro. Possui sistema de segurança, que não permite o funcionamento da máquina enquanto aberta, além de um anti-rearme que impede o ligamento automático da máquina em casos de desligamentos provocados por queda de energia, garantindo a máxima segurança do operador no momento de uso. O equipamento tem capacidade para 10 kg e potencial de produção de até 200 kg/h, possuindo uma tensão de 220 V. Especificações técnicas: Tensão elétrica /frequência/fases: 220V/60Hz/1. Potência nominal: 520 W; Potência do motor: 0,5 HP-CV; Consumo: 0,52 kW-h. Garantia: 12 meses. Equivalente: Modelo DB-10 - Marca: Skymesen.	2	Congonhas (02)
30	66163	306321	Desumidificador para almoxarifado	Desumidificador elétrico portátil, com ajuste de umidade e reservatório de água removível. Desumidificador por compressor, com alças laterais para transporte e umidostato para Eegulagem do índice de umidade. Acabamento em pintura eletrostática e rodízios, para ambiente de até 150m3.	24	Ouro Preto (5); Congonhas(02) Modulares (01/cada)
31	66063	627148	Esguicho de pré-lavagem	Torneira Esguicho de Pre-lavagem, Esguicho de pré lavagem para fixação em parede, construído em tudo de 1" de diâmetro, em aço inox AISI 304; liga 18.8, com misturador e duplo comando composto de: mola, gancho de fixação, conexões e tubo flexível em aço inox, conexão giratória com regulagem de altura de ducha. Sistema totalmente articulado para alcance da área de trabalho. Ducha de lavagem com abertura progressiva e controle de vazão incorporado; corpo, alavanca e suporte de latão polido cromado; mangueira tipo pneumática reforçada em tecnopolímero a prova de choque mecânico e controle	34	Congonhas (2); Modulares (2 cada)

				de pressão tipo gatilho. Altura aproximada 1000 mm, largura 216. Vazão de 960 litros/hora. Ref: Wog ou similar.		
32	42532	422754	Estante aramada planos vazados	Estante gradeada construída em aço inoxidável, padrão AISI 304 liga 18.8, com estrutura reforçada em tubos de aço inox - dimensionada com 05 planos. Pés com sapatas reguláveis em polipropileno. Medindo: 1000 x 500 x 1800 mm.	87	Congonhas (07); Modulares (05 /cada)
33	53526	620927	Estante aramada planos lisos	Estante em aço inox com 4 prateleiras, produzida totalmente em aço inoxidável tipo 201. Suporta aproximadamente até 360 Kg distribuídos, 90 Kg em cada prateleira. Dimensões: altura: 150 cm x largura: 50 cm x comprimento: 150 cm. Produto ideal para o armazenamento de produtos em cozinhas, padarias, açougues. Garantia: 6 meses	87	Congonhas (07); Modulares (05 /cada)
34	38834	387924	Estrado plástico para hortifruti	Estrato plástico. Confeccionado em PEAD polietileno de alta densidade, na cor branca. Resistente a temperatura de -40°C (congelamento). Dimesões 100 cm x 60 cm x 4,5 cm. De fácil higienização. Deve atender as Normas de Inspeção de alimentos exigidas pela ANVISA.	38	Ouro Preto (02); Congonhas (04); Modulares (02/cada)
35	66066	230057	Estufa aquecida vertical 1 porta	Estufa Aquecida Vertical 1 porta, Externamente em aço inox. e internamente em alumínio liso naval. Isolamento em lã de rocha. Aquecimento por resistências elétricas através de ar forçado. Termocontrolador digital de temperatura. Temperatura de trabalho até 85°C. Capacidade: 560 litros. Acompanham 07 pares de cantoneiras ajustáveis. Potência 2,0KW - - Monofásico. Dimensões: 700x800x2050 mm . Apresentar junto a proposta: - Certificado de conformidade do INMETRO Marca Cozil ou similar	17	Congonhas(01); Modulares(01 /cada)
36	66067	630698	Fogão industrial 8 bocas	Fogão Industrial 8 Bocas Inox Baixa Pressão Gás, Fogão industrial 8 bocas, com estrutura em inox, queimadores em ferro fundido com registro independente. Grelhas removíveis. Alimentação a gás GLP, com mangueira e registro certificados pelo Inmetro.	1	Congonhas
37	66068	620331		Fogão Industrial 6 Bocas Inox Baixa Pressão Gás Fogão industrial 6 bocas, com estrutura em aço inox, queimadores em ferro fundido com registro	16	Modulares (1 cada)

			Fogão industrial 06 bocas	independente. Grelhas removíveis. Alimentação a gás GLP, com mangueira e registro certificados pelo Inmetro.		
38	66072	615725	Forno combinado industrial	Forno Combinado Elétrico, Forno combinado elétrico, com capacidade para 10 GN 1/1. Controle digital de temperatura e umidade. Funções de cocção a vapor, ar quente ou combinada. Câmara interna em inox. Atende às exigências de cocção uniforme e controle sanitário.	18	Congonhas (01); Ouro Preto (01); Modulares (01/cada)
39	57655	272877	Freezer horizontal 2 portas	FREEZER HORIZONTAL. CARACTERÍSTICAS - 4 pés com rodízios. - Congelamento rápido - Preserva as propriedades naturais dos alimentos e ainda possui acionamento no painel frontal. - Dreno frontal. - Facilita o degelo e a limpeza. - Dupla função. - Pode ser usado na função de freezer ou refrigerador. - Maior resistência à corrosão e impactos ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - Capacidade Total Bruta: 526L. - Capacidade Total Líquida: 519L - Cor: Branco. - Número de portas: 2 - Potência: 184 Watts. - Voltagem: 110 /220 Volts DIMENSÕES - Altura: 960 mm. - Largura: 1473 mm. - Profundidade: 780 mm. - Peso: 94 Kg Temperatura: -16° a -20°C ou +1° a +7° . Estrutura externa em aço pintado ou inox.	72	Congonhas (8); Modulares (04 /cada)
40	66073	450099	Fritadeira elétrica	Com 2 cestos para frituras em aço inoxidável; com zona fria para evitar que sedimentos sejam queimados, resistência elétrica tubular basculante em aço inoxidável; Controle de temperatura por termostato e lâmpada piloto; Termostato de segurança (evita a queima ou saturação do óleo); LED's indicadores de atuação; Dreno inferior para remoção de óleo; pés niveladores de altura em poliamida 6.0 (nylon) Ø34mm, capacidade de 10 litros.	1	Congonhas
41	66074	232283	Geladeiras com visor, Expositor de bebidas	Refrigerador Expositor Vertical, expositor de bebidas. Refrigerador vertical com visor e capacidade mínima de 400L. Controle digital de temperatura, prateleiras reguláveis. Sistema de refrigeração ventilado. Portas com vedação magnética. Dimensões 59,2x61x201; 127V	34	Congonhas (02); Modulares (02 /cada)
				Capacidade 700L, inox, ventilação forçada, degelo automático, controlador digital. Revestimento interno e externo		

42	66075	430911	Geladeira industrial	em aço inox AISI 304; prateleiras reguláveis e sistema de refrigeração ventilado. Marca Cozil ou similar.	102	Congonhas(06); Modulares (06 /cada)
43	66076	404505	Lava-louças industrial	Lavadora de louças industrial, estrutura 100% em aço inox AISI 304, interior sem soldas ou emendas; componentes reforçados para uso contínuo. Capacidade de lavagem: 60 gavetas por hora ou 1080 pratos (de 280 mm) por hora. Capacidade por ciclo: 18 pratos (280 mm) ; 49 copos (60 mm); 25 xícaras (85 mm) e 200 talheres. Consumo: 2 litros por ciclo (aproximadamente). Tempo de ciclo (60 segundos) Tempo de ciclo (lavagem + enxágue): 60, 90 e 180 segundos. Temperatura de lavagem: 55° - 65° C. Temperatura de enxágue: 80°- 90° C. Contendo no mínimo: 1 gaveta para copos e xícaras, 2 gavetas com pinos para pratos/bandejas, 1 moto-bomba de enxágue; Kit hidráulico + cabo de alimentação. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	17	Congonhas (1), Modulares (1 cada)
44	66077	441326	Lixeira inox 75L	Com pedal para abertura e rodízios com trava. Aço inox, 75 litros. Marca Cozil ou similar.	56	Ouro Preto (4); Congonhas (4); Modulares (3/cada)
45	66078	297306	Lixeira inox 120L	Com pedal para abertura e rodízios com trava. Aço inox, 120 litros. Marca Cozil ou similar.	56	Ouro Preto (4); Congonhas (4); Modulares (3/cada)
46	66079	368974	Marmiteiros elétricos	Marmiteiros elétricos para 54 unidades com revestimento externo em Aço Inox, e revestimento interno em aço galvanizado. Espaço entre uma grade e outra: 8 cm Potência: 500W; Tomada: 10A; Consumo: 0,50 Kw/h; Certificado pelo o Inmetro.	51	Congonhas (03); Modulares (03 /cada)
47	66080	461917	Mesas para refeitório	Mesa para Refeitório para 06 lugares - Mesa para Refeitório para 06 lugares - Modelo Mesa para Refeitório Cor: Cinza Cristal - TAMPO DA MESA: Confeccionado em MDP de 18mm e friso PVC nas bordas: FERRAGEM DA MESA Quadro de sustentação do tampo confeccionado em tubo Travas laterais dos pés L” de sustentação do assento Soldagem pelo processo mfg. Pintura em pó epóxi Cor da Estrutura: Preto MESA REFEITORIO 06 LUGARES Tampo: L 180 X P 75 X A 77cm Garantia: 12 Meses/1 ano cobrindo defeitos de fabricação.	540	Congonhas (60); Modulares (30 /cada)
				Forno Microondas Material: Aço Inoxidável , Capacidade: 30 L, Potência:		

48	63761	271507	Micro-ondas	900 W, Voltagem: 110 V, Características Adicionais: Prato Giratório, Trava De Segurança.	102	Congonhas (6); Modulares (6/cada)
49	66081	442518	Mini Câmara vertical para congelados 2 portas	Mini Câmara vertical para Resfriados e Congelados 2 portas - MED.: 950X760X2050MM = Construído em aço inox; Corpo externo: Frente, laterais e portas em aço inox e teto, traseira e fundo em alumínio liso naval; Corpo interno em alumínio liso naval; Isolamento em poliuretano de alta densidade; Portas em aço inox; equipadas com sistema de fechamento magnético e puxadores frontais embutidos; Dobradiças em aço inox; 5 Cantoneiras inclusas, para receber caixas, grades ou gn's (inclusos), Capacidade: 10 caixas de 37 litros (não inclusas); Sistema de refrigeração especial através de ar forçado; Unidade de refrigeração incorporada; Degelo automático com o sistema frost-free; Termocontrolador digital de temperatura; Temperatura de trabalho freezer: -16°C a - 18°C, Gás ecológico R-404a; Pés niveladores de altura em poliamida 6.6 (nylon); Apresentar junto a proposta: - Certificado de conformidade do INMETRO. - Ficha técnica do gás refrigerante; - Declaração de uso do gás não prejudicial a camada de ozônio; - Declaração de uso do gás de baixo índice GWP Potencial de Aquecimento Global); As declarações acima deverão conter a discriminação do gás utilizado Marca de Referência: Cozil ou similar.	68	Congonhas (04); Modulares (04 /cada)
50	66082	258178	Panela de pressão 200L	Panela de pressão 200L - Panela Interna: Fabricada em chapa de aço inoxidável com fundo abaulado e cantos arredondados. Torneira para Entrada de Água com bica móvel. Câmara de Vapor em aço carbono especial com tratamento antioxidante, equipada com válvula de nível de água.Estrutura de Base: Feita em aço carbono especial com tratamento antioxidante, garantindo durabilidade e robustez. Câmara de Combustão em chapa de aço carbono especial reforçada com tratamento antioxidante; Queimadores Tubulares equipados com chama piloto, distribuídos paralelamente, com ajuste através de registro de gás; Painel de Comando em aço inoxidável com manípulos em baquelite; Chaminé em aço inoxidável. Tampa Superior Modelo Americana: Confeccionada em aço inoxidável, equipada com dobradiças especiais e cabo pegador com ponteira em baquelite. Corpo Externo do Gabinete em chapa de aço inoxidável	2	Congonhas

				com acabamento escovado; Isolamento Térmico com mantas de lã de vidro; Manômetro que indica a pressão de trabalho; Válvulas de Segurança, Aeração e Purga: Garantem a operação segura do caldeirão; Pés Tubulares: Com sapatas de nivelamento em alumínio fundido. Necessário instalação, teste de funcionamento e treinamento para uso do equipamento.		
51	66188	615156	Pass Through aquecido	PASS THROUGH VERTICAL em inox AQUECIDO. .; -Ideal para o transporte dos alimentos da cozinha para o refeitório.; -Corpo interno em alumínio liso naval (opcional: em aço inoxidável); - Isolamento térmico em lã de rocha; - Portas em aço inoxidável inteiriças equipadas com sistema de fechamento magnético e puxadores laterais em poliamida 6.0 (nylon); Dobradiças em aço inoxidável; - Cantoneiras removíveis com alturas ajustáveis para receber recipiente GN 1 /1 gastronômica; Aquecimento por resistências elétricas blindadas laterais; - Gaveta umidificadora removível; - Bandeja coletora removível inferior; Modelo aquecido de 70°C a 85°C; -Ideal para conservação e estocagem de alimentos prontos;; capacidade 24 bandejas/GN's 1/1;; Com controlador digital;; Medidas: 70 x 81 x 200 cm (L x P x A); Potência: 1,5 kW; -Volume: 579 litros;	52	Congonhas (04); Modulares (3 /cada)
52	60414	615157	Pass Through refrigerado	Pass trough refrigerado - Composto com 2 portas. Construído em aço inox AISI 304; corpo externo: frente, laterais em portas em aço inox AISI 304 com teto e fundo em alumínio liso naval. Isolamento em poliuretano de alta densidade; portas em aço inox AISI 304 equipadas com sistema de fechamento magnético e puxadores frontais embutidos ou portas com requadro em alumínio e vidro duplo transparente com sistema anti-umidificação; dobradiças em aço inox AISI304; cantoneiras removíveis com alturas ajustáveis para receber recipiente gastronorm 1/1; sistema de refrigeração através de ar forçado; unidade de refrigeração incorporada; degelo automático com o sistema frost-free; termocontrolador digital de temperatura; temperatura de trabalho: +2°C a +6°C gás ecológico R134A; pés niveladores de altura em poliamida 6.6 (nylon). Alimentação elétrica: tensão 220v monofásico, 60hz. Dimensões (mm): 700x855x2050. Capacidade (gn1/1-65): 34. Volume interno (litros): 560.	3	Ouro Preto (2); Congonhas (01)

53	66083	614484	Rack de bandejas	Carro para Transporte Bandejas Inox. Carrinho em aço inox, com 3 planos para suporte de bandejas. Dimensões adaptáveis a bandejas padrão self-service. planos com bordas elevadas e rodízios com trava. Alças tubulares e capacidade de pelo menos 8kg por plano.	20	Ouro Preto(2); Congonhas(2); Modulares(1 cada)
54	66084	319832	Rack de talheres e pratos	Rack com estrutura e planos em inox, com divisórias para talheres no plano superior. Estrutura tubular e rodízios com travas, no mínimo 3 planos.	20	Ouro Preto(02); Congonhas(02); Modulares(01 cada)
55	66085	630711	Refrigerado Horizontal 3 portas aço inox	Balcão Refrigerado De Encosto Em Inox - Capacidade mínima de 400L, revestimento interno e externo em aço inox AISI 304. Controle digital de temperatura, prateleiras reguláveis. Sistema de refrigeração ventilado. Portas com vedação magnética	68	Congonhas (04); Modulares (04 /cada)
56	66086	405731	Shoot para talheres	Shoot Devolução De Talheres 25X20X40Cm Aço Inox 304- Shoot para talheres executado em chapa de aço inox AISI 304 - 18/8, bitola 18, espessura 1,2 mm, com flange de acabamento em aço inox AISI 304 - 18 /8, inclinação de 45 graus. Dimensões: 250 x 200 x 400 mm	17	Congonhas (01); Modulares (01 /cada)
57	66087	449817	Sistema de ganchos e traves para rodos e vassouras (exclusivo para o setor de estocagem de material de limpeza).	Sistema de ganchos e traves para rodos e vassouras (exclusivo para o setor de estocagem de material de limpeza). Suporte modular de parede com ganchos e traves deslizantes, mínimo de 5 utensílios por módulo, em aço inoxidável	17	Congonhas (01); Modulares (01 /cada)

8. Estimativa do Valor da Contratação

A estimativa do valor da contratação terá caráter sigiloso terá caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

De acordo com a Lei nº 14133/2021, é obrigatório o parcelamento quando o objeto da contratação tiver natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto a ser licitado. Em outras palavras, o parcelamento apesar de ser a regra, somente deve ser adotado se não houver prejuízo técnico ou econômico para o órgão que estiver realizando a contratação. Visto isso, no caso da aquisição de equipamentos para os restaurantes estudantis para os Campi do IFMG, a compra pode ser parcelada por não se tratar de itens interdependentes.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda. Os equipamentos aqui adquiridos serão alocados nos restaurantes dos campi do IFMG.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Todos os itens desta contratação se encontram no Planejamento Anual, realizado através do SIPLAN-IFMG (Sistema de Planejamento Participativo) devidamente aprovado por seus gestores.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Benefícios a serem alcançados com a contratação:

Com a realização da aquisição de forma institucional (um só processo para atender diversos Campi do IFMG) através de pregão eletrônico, pretende-se alcançar maior número de fornecedores, gerando uma maior competição, resultando em melhores preços, condições e qualidade do objeto adquirido. Além deste, elencados os seguintes benefícios:

- **Aumento da eficiência e produtividade:** Equipamentos profissionais e tecnológicos permitem preparar alimentos mais rapidamente e em maior quantidade, otimizando o fluxo de trabalho na cozinha e reduzindo o tempo de espera dos usuários do serviço.
- **Melhoria na qualidade dos alimentos:** Equipamentos de alta qualidade são projetados para oferecer desempenho superior e precisão, resultando em pratos mais saborosos e consistentes, o que ajuda a construir uma reputação de excelência culinária.
- **Segurança e conformidade:** Equipamentos profissionais são projetados seguindo normas de segurança e higiene, diminuindo o risco de acidentes e garantindo a conformidade com as regulamentações de saúde, o que também protege a saúde dos funcionários e consumidores.
- **Agilidade e precisão:** A tecnologia incorporada em muitos equipamentos modernos oferece maior agilidade e precisão no preparo dos pedidos, melhorando a logística e a integração dos fluxos de trabalho.
- **Com esta aquisição pretende-se consolidar e aperfeiçoar a estrutura física capaz de atender às necessidades dos Campi do IFMG, resultando em uma melhor qualidade no ensino e permanência dos alunos na instituição, através de fornecimento de uma alimentação saudável e balanceada**

13. Providências a serem Adotadas

Não há necessidade de adaptação direta no ambiente físico dos Campi do IFMG para recebimentos dos itens licitados, uma vez que a demanda foi elaborada a partir dos projetos arquitetônicos do restaurantes estudantis.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Trata-se de contratação de itens que não causam impactos ambientais relevantes. Grande quantidade dos itens que serão adquiridos necessitam de energia elétrica para seus funcionamentos. Os Campi do IFMG adotam o sistema de energia renovável, através de usina de energia fotovoltaica, contribuindo com a redução de gastos e emissão CO2 para a atmosfera.

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

1. Os equipamentos deverão apresentar eficiência energética comprovada, preferencialmente com selo do Programa Brasileiro de Etiquetagem – PBE/Inmetro, de forma a reduzir o consumo de energia elétrica.
2. Sempre que aplicável, os equipamentos deverão possuir componentes recicláveis e de fácil desmontagem, de modo a possibilitar reaproveitamento e descarte ambientalmente adequado ao final da vida útil.
3. As embalagens utilizadas no fornecimento deverão ser reduzidas, recicláveis ou biodegradáveis, observando práticas de logística reversa e a destinação ambientalmente correta dos resíduos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante do exposto neste Estudo técnico preliminar, a equipe de planejamento considera essa contratação viável.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSE ROBERTO DOS REIS LANA

Membro da comissão de contratação

JANE INACIO DE ANDRADE

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 24/02/2026 às 17:51:49.

Ata de Registro de Preços 21/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
21/2025	158122-INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TECNOLOGIA DE MG	JANE INACIO DE ANDRADE	24/02/2026 17:40 (v 0.9)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23210.001317/2025-50

1. Processo Administrativo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx

Processo Administrativo nº 23210.001317/2025-50

Ata de Registro de Preços nº XXX/202X

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS-CAMPUS CONGONHAS, com sede na Avenida Michael Pereira de Souza nº 3007, Bairro Campinho, em Congonhas, Estado de Minas Gerais, CEP nº 36.417-050, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.626896/0005-04 neste ato representado por seu Diretor-Geral Robert Cruzoaldo Maria, nomeado(a) pela Portaria nº 1.195, de 11 de outubro de 2023, publicada no DOU de 16 de outubro de 2023, portador da Matrícula Funcional nº 2786196, considerando o julgamento do procedimento de da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90034/2026 publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º 23210.001317/2025-50.

RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação Nº 90034/2026, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de equipamentos de cozinha industrial para os restaurantes estudantis em construção e a serem construídos nos campi do IFMG e para atender necessidades do Instituto Federal de Brasília- Campus Planaltina, especificado no item 01 do Termo de Referência, anexo I do Edital de Licitação Nº 90034/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]
------	---

do						
TR						
X	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS - CAMPUS-CONGONHAS**.

3.2. Além do gerenciador, há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços: **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA CAMPUS PLANALTINA**.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP **poderão** aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital de Licitação; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital de Licitação, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021[A1] ;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.[A1]

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital de licitação:

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital de Licitação.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

12. ANEXO - CADASTRO RESERVA

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]					
X	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]						
X	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Valor Total

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ROBERT CRUZOALDO MARIA

Autoridade competente

JANE INACIO DE ANDRADE

Pregoeiro



Assinou eletronicamente em 24/02/2026 às 17:40:40.

JOSE ROBERTO DOS REIS LANA

Membro da comissão de contratação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
Campus Congonhas
Diretoria de Administração e Planejamento
Seção de Planejamento e Orçamento
Avenida Michael Pereira de Souza, 3007 - Bairro Campinho - CEP 36417-050 - Congonhas - MG
3137318127 - www.ifmg.edu.br

ANEXO III

CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO – SEI IFMG

(LICITANTE: Este modelo deverá ser preenchido por você modificando os textos em destaque para se adequar aos padrões do IFMG.)

Nome completo e sem abreviaturas:	Estado Civil:
Registro Geral (Identidade):	Órgão Expedidor:
CPF:	Telefone comercial fixo com DDD:
Telefone celular com DDD:	Telefone residencial fixo com DDD:
Endereço comercial:	
Endereço residencial:	
Endereço eletrônico institucional (e-mail):	

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE

Declaro aceitar os termos e condições que regem o processo eletrônico, previstos no Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login e senha) e tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais serão passíveis de apuração de responsabilidade civil, penal e administrativa.

Declaro, ainda, que são de minha exclusiva responsabilidade:

- 1) O **sigilo da senha de acesso**, não sendo oponível, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido;
- 2) É de inteira responsabilidade da empresa manter todos os dados atualizados perante ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, durante a vigência do contrato ou outro instrumento jurídico;
- 3) A **conformidade entre os dados informados** no formulário eletrônico de peticionamento e os constantes do documento protocolizado, incluindo o preenchimento dos campos obrigatórios e a anexação dos documentos essenciais e complementares;
- 4) A **confeção da petição e dos documentos digitais** em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo sistema, no que se refere ao formato e ao tamanho dos arquivos transmitidos eletronicamente;
- 5) A **conservação dos originais em papel de documentos digitalizados** enviados por meio de peticionamento eletrônico até que decaia o direito da Administração Pública de rever os atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais para qualquer tipo de conferência;
- 6) A **verificação**, por meio do recibo eletrônico de protocolo, do recebimento dos documentos transmitidos eletronicamente;

- 7) A realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, o usuário ou a entidade porventura representada, não sendo admitidas intimação ou protocolização por meio diverso, exceto nas situações em que for tecnicamente inviável ou em caso de indisponibilidade do meio eletrônico cujo prolongamento cause danos relevante à celeridade do processo ou outra exceção prevista em instrumento normativo próprio;
- 8) A observância de que os atos processuais em meio eletrônico se consideram realizados no dia e na hora do recebimento pelo SEI-IFMG, considerando-se tempestivos os atos praticados até às 23 horas e 59 minutos e 59 segundos do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília/DF, independente do fuso horário em que se encontre o usuário externo;
- 9) A **consulta periódica ao SEI-IFMG** ou ao sistema por meio do qual efetivou o peticionamento eletrônico, a fim de verificar o recebimento de intimações, considerando-se realizadas na data em que efetuar sua consulta no sistema ou, não efetuada a consulta, quinze dias após a data de sua expedição;
- 10) As condições de sua rede de comunicação, o acesso a seu provedor de internet e a configuração do computador utilizado nas transmissões eletrônicas; e
- 11) A **observância dos períodos de manutenção programada**, que serão realizadas, preferencialmente, no período da 0 hora dos sábados às 22 horas dos domingos ou da 0 hora às 6 horas nos demais dias da semana, ou qualquer outro tipo de indisponibilidade do sistema.

Para que este Cadastro seja aprovado, o usuário deve apresentar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais os seguintes documentos, juntamente com o presente Termo assinado (pode o presente Termo ser assinado com Certificado Digital e Assinatura digital ou assinatura conforme documento de Identificação apresentado), apresentando juntamente as cópias dos seguintes documentos:

- Comprovante de Endereço Residencial dos últimos 90 dias
- Comprovante de Endereço Comercial dos últimos 90 dias;
- Registro Geral (Identidade)
- CPF;
- Contrato Social;
- Última alteração contratual;
- Procuração com poderes legais de representação registrada em cartório (caso haja).

Belo Horizonte, ____ de ____ de ____.

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

Assinatura conforme documento com foto apresentado e carimbo ou assinatura com certificado digital

Congonhas, 23 de fevereiro de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Jane Inacio de Andrade, Membro da Comissão Permanente de Licitação**, em 24/02/2026, às 17:36, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ifmg.edu.br/consultadocs> informando o código verificador **2626814** e o código CRC **B11CD3ED**.

23210.001317/2025-50	2626814v1
----------------------	-----------



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
Campus Congonhas
Diretoria de Administração e Planejamento
Seção de Planejamento e Orçamento
 Avenida Michael Pereira de Souza, 3007 - Bairro Campinho - CEP 36417-050 - Congonhas - MG
 3137318127 - www.ifmg.edu.br

ANEXO IV

MODELO DE CARTA PROPOSTA (papel timbrando da empresa)

PREGÃO Nº 90034/2026	PROCESSO Nº.: 23210.001317/2025-50		
PROPONENTE:			
CNPJ:			
TELEFONE:	Celular:		
E-MAIL:			
ENDEREÇO:			
BAIRRO:	CIDADE:	UF:	
CEP:			
BANCO:	AGÊNCIA:	CONTA BANCÁRIA:	

Apresentamos a V.S^a, nossa proposta de preços para o fornecimento dos produtos abaixo relacionados, nos termos do Edital e Anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA	MARCA	MODELO	UND	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01							
02							
03							
04							
Valor Global: R\$							
Valor Global Por Extenso:							

OBJETO: Implantação de Sistema de Registro de preços para aquisição de equipamentos de cozinha industrial para os restaurantes estudantis em construção e a serem construídos nos campi do IFMG. conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Os valores unitários propostos serão os valores registrados para fins de contratações futuras dentro da validade de 12 meses.

O prazo de entrega e de garantia do produto será de acordo com o estipulado no Anexo I - Termo de Referência.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência. Declaramos que os produtos a serem entregues estarão em perfeitas condições, serão novos e nunca utilizados.

Declaramos que responderemos, mesmo após o recebimento definitivo, pela detecção ou descobrimento de defeitos ocultos promovendo a sua substituição.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico, administrativo, frete, impostos, seguros, taxas ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos. Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a entregá-lo no prazo determinado no documento de convocação, assim, após cumpridas nossas obrigações, e para fins de posterior pagamento.

Declaro estar ciente que atendo todos os requisitos de habilitação e que responderei pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei n.º 14.133/2021), conforme condições do Edital e seus anexos.

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato devem constar no anexo **CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO – SEI IFMG** do Edital.

Local e data

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

CPF

Carimbo

Congonhas, 23 de fevereiro de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Jane Inacio de Andrade, Membro da Comissão Permanente de Licitação**, em 24/02/2026, às 15:58, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ifmg.edu.br/consultadocs> informando o código verificador **2626819** e o código CRC **A6AC537C**.

Contrato 9/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
9/2026	158122-INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TECNOLOGIA DE MG	JANE INACIO DE ANDRADE	24/02/2026 17:43 (v 0.5)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		23210.001317/2025-50

1. OBJETO

(Processo Administrativo nº 23210.001317/2025-50)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS - CAMPUS CONGONHAS E

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS-CAMPUS CONGONHAS, com sede na Avenida Michael Pereira de Souza nº 3007, Bairro Campinho, em Congonhas, Estado de Minas Gerais, CEP nº 36.417-050, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.626896/0005-04, neste ato representado(a) pelo(a) Robert Cruzoaldo Maria, nomeado(a) pela Portaria nº 1.195, de 11 de outubro de 2023, publicada no DOU de 16 de outubro de 2023, portador da Matrícula Funcional nº 2786196, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], [A2] tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90034 /2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação para aquisição de equipamentos de cozinha industrial para os restaurantes estudantis em construção e a serem construídos nos campi do IFMG e para atender necessidades do Instituto Federal de Brasília - Campus Planaltina, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Código do Item (SisPLAN)	Código CATMAT /CATSER	Descrição Detalhada	Und.	Quant. Total Estimado	Valor Total Estimado

1*	64243	612826	Roupeiro de Aço com 4 Portas Grandes	UND.	74	Sob Sigilo
2*	36434	444157	Balança 15kg	UND.	21	Sob Sigilo
3*	45256	472277	Balança Eletrônica	UND.	22	Sob Sigilo
4	66051	254460	Buffet Self Service Conjugado	UND.	20	Sob Sigilo
5	66053	254460	Buffet Self Service Quente	UND.	20	Sob Sigilo
6	66054	302916	Buffet Frio (Pista Refrigerada com Cubas GN ou Balcão Refrigerado)	UND.	20	Sob Sigilo
7*	66092	355418	Bebedouro Industrial Capacidade de 50 Litros - com 2 Torneiras, Em Aço Inox Aisi 430	UND.	9	Sob Sigilo
8*	66089	610437	Bebedouro Industrial Capacidade de 25 Litros - com 2 Torneiras, Em Aço Inox Aisi 430,	UND.	25	Sob Sigilo
9	51890	231304	Cadeira Em Polipropileno Encosto e Assento	UND.	2910	Sob Sigilo
10	42523	374447	Carro Auxiliar com 02 Planos	UND.	46	Sob Sigilo
11*	66056	316701	Carro Para Lavagem e Transporte de Cereais	UND.	23	Sob Sigilo
12*	66057	614484	Carro Plataforma em Aço Inox	UND.	40	Sob Sigilo
13	66059	474332	Carro Tipo Cantoneira para Bandejas (Esqueleto)	UND.	38	Sob Sigilo

14	66060	282430	Carro Para Remolho de Talheres Em Inox	UND.	40	Sob Sigilo
15*	66062	611726	Chapa Bifeteira Inox	UND.	19	Sob Sigilo
16*	60417	457008	Mesa em Aço Inox Industrial	UND.	17	Sob Sigilo
17	66162	621396	Mesa em Aço Inox Industrial, 1200X900X900MM	UND.	48	Sob Sigilo
18*	66088	623781	Carro Tanque de Aço Inox	UND.	25	Sob Sigilo
19*	66103	444168	Cuba Gastronômica(GN1) 100mm	UND.	106	Sob Sigilo
20*	66105	486811	Cuba Gastronômica(GN1) 200mm	USN	90	Sob Sigilo
21*	66106	397757	Cuba Gastronômica(GN2) 100mm	UND.	122	Sob Sigilo
22*	66108	317065	Cuba Gastronômica(GN2) 200mm	UND.	122	Sob Sigilo
23*	66109	304271	Cuba Gastronômica(GN3) 100 Mm	UND.	55	Sob Sigilo
24*	66110	304271	Cuba Gastronômica (GN3) 200 Mm	UND.	55	Sob Sigilo
25*	66111	397255	Cuba Gastronômica(GN4) 100mm	UND.	55	Sob Sigilo
26*	66112	387882	Cuba Gastronômica (GN4) 200mm	UND.	55	Sob Sigilo
27*	66113	322955	Cuba Gastronômica(GN6) 100mm	UND.	55	Sob Sigilo

28*	66114	387882	Cuba Gastronômica(GN6) 200mm	UND.	55	Sob Sigilo
29*	66019	326175	Descascador de Legumes	UND.	3	Sob Sigilo
30*	66163	306321	Desumidificador para Almojarifado	UND.	26	Sob Sigilo
31	66063	627148	Torneira Esguicho de Pré-Lavagem	UND.	42	Sob Sigilo
32	42532	422754	Estante Gradeada	UND.	137	Sob Sigilo
33	53526	620927	Estante Em Aço Inoxidável com 4 Prateleiras Lisas - 1,5m (150x50x150cm)	UND.	137	Sob Sigilo
34*	38834	387924	Estrado Plástico	UND.	118	Sob Sigilo
35	66066	230057	Estufa Aquecida Vertical	UND.	21	Sob Sigilo
36*	66067	630698	Fogão Industrial 8 Bocas Inox Baixa Pressão Gás	UND.	6	Sob Sigilo
37	66068	620331	Fogão Industrial 6 Bocas Inox Baixa Pressão Gás	UND.	18	Sob Sigilo
38	66072	615725	Forno Combinado Elétrico	UND.	20	Sob Sigilo
39	57655	272877	Freezer Horizontal	UND.	92	Sob Sigilo
40*	66073	450099	Fritadeira Elétrica	UND.	2	Sob Sigilo

41	66074	232283	Refrigerador Expositor Vertical	UND.	40	Sob Sigilo
42	66075	430911	Refrigerador Vertical	UND.	122	Sob Sigilo
43	66076	404505	Lava-Pratos Industrial	UND.	18	Sob Sigilo
44*	66077	441326	Lixeira em Aço Inox 75 L Com Pedal	UND.	66	Sob Sigilo
45	66078	297306	Lixeira em Aço Inox 100 L Com Pedal	UND.	76	Sob Sigilo
46	66079	430911	Estufa Aquecedora para Alimentos	UND.	52	Sob Sigilo
47	66080	461917	Mesa Para Refeitório para 06 Lugares	UND.	560	Sob Sigilo
48	63761	34703	Forno Microondas	UND.	122	Sob Sigilo
49	66081	442518	Mini Câmara Para Resfriados E Congelados	UND.	74	Sob Sigilo
50	66082	258178	Panela De Pressão 200L	UND.	7	Sob Sigilo
51	66188	615156	Pass Through Aquecido	UND.	54	Sob Sigilo
52*	60414	615157	Pass Through Refrigerado	UND.	5	Sob Sigilo
53*	66083	614484	Rack De Bandejas	UND.	22	Sob Sigilo
54*	66084	319832	Rack De Talheres	UND.	22	Sob Sigilo

55	66085	630711	Balcão Refrigerado De Encosto Em Inox	UND.	76	Sob Sigilo
56*	66086	405731	Shoot Para Talheres	UND.	21	Sob Sigilo
57*	66087	449817	Suporte Para Vassouras Inox	UND.	21	Sob Sigilo

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **[indicar o prazo]** contados do(a) **[indicar o termo inicial da vigência]**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.27. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.28. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD[A1]

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.[]

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2 Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

15.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação no Instituto Federal de Minas Gerais:

I) Gestão/unidade: 158122;

II) Fonte de recursos: 1000A0008U;

III) Programa de trabalho (PTRES): 229566;

IV) Elemento de despesa (Natureza de Despesa): 44905200;

V) Plano interno (PI): LPP02P60A1N.

15.3.A contratação será atendida pela seguinte dotação no IFB - Campus Planaltina:

I) Gestão/unidade: 158501;

II) Fonte de recursos: 10000000000;

III) Programa de trabalho (PTRES): 231664;

IV) Elemento de despesa (Natureza de Despesa): 44905200;

V) Plano interno (PI): LGADMP6002N.

15.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante a

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Belo Horizonte, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Congonhas, 02 de fevereiro de 2025.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JANE INACIO DE ANDRADE

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 24/02/2026 às 17:43:21.

JOSE ROBERTO DOS REIS LANA

Membro da comissão de contratação

ROBERT CRUZOALDO MARIA

Autoridade competente